

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVEIRA , Oliveira Ferreira da . Oliveira Ferreira da Silveira (depoimento, 2006). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 6min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Oliveira Ferreira da Silveira
(depoimento, 2006)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 01/12/2006

Duração: 2h 6min

Arquivo digital - vídeo: 1; Minidisc: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por ser uma das principais referências do movimento negro no Sul do país e, entre outras coisas, por ser, à época da entrevista, conselheiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da presidência da república (Seppir).

Temas: Anos 1960; Atividade acadêmica; Família; Governo Emílio Médici (1969-1974); Igreja Católica; Literatura; Movimento estudantil; Movimento negro; Racismo; Rio Grande do Sul;

Sumário

Entrevista: 01/12/2006

Disco 1: Origens no interior do Rio Grande do Sul, em Rosário do Sul; a alfabetização da família Silveira e das outras crianças de Rosário do Sul; a questão racial na família de Oliveira; o interesse pelas letras e artes na família; a trajetória de Oliveira da Silveira no ensino médio clássico; a graduação em Letras; a consciência racial do entrevistado ao longo de sua trajetória no interior do Rio Grande do Sul; as experiências nos clubes de brancos e nos clubes de negros; a tradição católica no início da universidade e a posterior adesão às religiões de matriz africana por Oliveira; o despertar racial a partir da leitura de “Reflexões sobre o racismo”, de Jean Paul Sartre; a influência das leituras de poetas negros, como Aimé Cesaire, León Damas e Senghor; os impactos das mobilizações negras internacionais na década de 1960 na trajetória intelectual do entrevistado.

Disco 2: As primeiras mobilizações de Oliveira Silveira em torno da questão negra; as publicações de seus livros de poesia com a temática da negritude; a discussão em torno do dia 13 de maio como uma data de comemoração negra; a estruturação do Grupo Palmares; a militância do Grupo Palmares em tempos do governo Médici; as manifestações do dia 20 de novembro; a divulgação dos projetos do Grupo Palmares através dos jornais; a mobilização de diversas entidades na revisão da história dos negros na educação; a projeção do 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra e o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU); a criação de novas instituições negras; as relações entre MNU e Grupo Palmares; a participação no Grupo Tição; periodização das lutas negras no Brasil pelo entrevistado; a atuação no Conselho Nacional da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); reflexões sobre os avanços conquistados pelo movimento negro no Brasil.

Entrevista: 01.12.2006

Amilcar Pereira – Vou começar pedindo para você contar onde e quando você nasceu.

Oliveira da Silveira – Eu nasci em Rosário do Sul, um município da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, próximo ao Uruguai. Não faz fronteira com o país vizinho, mas fica bastante próximo. Próximo de Santana do Livramento, por exemplo, que é um município que faz fronteira com o Uruguai. Essa cidade, Santana do Livramento, é famosa porque do outro lado da linha divisória está Rivera. Então são cidades geminadas e com uma fronteira seca. Então eu nasci em Rosário do Sul, no interior, no campo; no distrito conhecido como Touro-Passo, na região da Serra do Caverá. Caverá é uma palavra indígena composta de “ca”, mata ou mato, e “verá”, brilhante: mata brilhante ou mato brilhante. E essa Serra é histórica... Aliás, além da serra existe o arroio Caverá e existe também o distrito de Caverá, numa outra parte do interior do município de Rosário do Sul. E a Serra do Caverá era campo de operações do chamado caudilho Honório Lemes na Revolução de 1923, entre maragatos e chimangos. Ele era maragato. Então esse comandante, o general Honório Lemes, como é conhecido, circulava pela região. E na família a minha mãe contava que às vezes ele passava pela estância da Sutéia, uma estância próxima de nosso sítio – o sítio onde nós nascemos e que conservamos até hoje –, e nessa estância meu avô era capataz. Meu avô materno, Zacarias Ferreira e minha avó Martina Costa Ferreira eram então funcionários da fazenda. Estância e fazenda são sinônimos para nós aqui. Então o Honório Lemes às vezes passava por lá. E minha mãe contava que ele juntava tesouras velhas, tesouras de esquilar,¹ utilizadas para a tosa dos animais, das ovelhas ou até para a clina dos cavalos. De modo que essas tesouras grandes serviam para ponta de lança.

Então eu nasci nesse lugar, e numa comunidade negra rural, comunidade familiar formada pelos irmãos da minha mãe. É uma família de cinco irmãos filhos de Zacarias Ferreira e Martina Costa Ferreira. Eles, trabalhando na estância, conseguiram comprar terras no campo, um pouco mais de cinco quadras de campo. Uma quadra de campo, aqui no Rio Grande do Sul, equivale a 67 hectares, mais ou menos. Então, nessas terras herdadas vivia a família toda, de uma forma muito similar ao que hoje se classifica como remanescente de quilombo. Tem todas as características: trabalho comunitário, a área toda de campo sem

¹ Mesmo que tosquiador, segundo o Houaiss eletrônico, 2001.

divisão, ajuda, solidariedade nos momentos de lida com os animais ou de colheita, às vezes plantação numa área... porque havia divisão de cada um, mas era a mesma lavoura: uma parte é de fulano, outra parte é de beltrano...

A.P. – Eu gostaria de saber, em primeiro lugar, o dia em que você nasce. Quando você nasce?

O.S. – Nasci em 16 de agosto de 1941.

A.P. – E você fica em Touro-Passo, em Rosário do Sul, passa toda a infância lá? Como é que funciona?

O.S. – A infância sim. Inclusive eu estudei, fiz o primário, como se dizia, que eram cinco anos de estudos, numa escola rural que funcionava na nossa casa, no galpão do sítio. Havia uma peça, um quarto, que foi transformado em sala de aula. Então ali nós estudamos os cinco anos com uma professora municipal que era hospedada na nossa casa e dava aula para a criançada toda daquele nosso lugar ali, da comunidade.

A.P. – E essa família, essa comunidade, permanece até os dias de hoje?

O.S. – Permanece, mas houve uma permuta. A maior parte dos componentes permutou a sua área de campo por uma outra área, que na verdade era a área original. Porque meu avô Zacarias Ferreira e a minha avó Martina Ferreira compraram duas áreas: uma corresponde ao nosso sítio, meu e de dois irmãos, um irmão e uma irmã: Amaro Zacarias Ferreira da Silveira e a Suely Ferreira da Silveira. Então nós estamos mantendo esse sítio. Houve um aumento depois que foi dividido por outros irmãos, porque nós somos seis irmãos. Além desses que eu citei, já que citei três, vou citar as outras três irmãs: Zoraide Ferreira da Silveira, era o nome original, que hoje já mudou; Levi e Gizela, somos os seis irmãos, além dos irmãos de criação Agostinho de Freitas, Zoé, o Júlio César, Haidê, que era uma prima que foi criada conosco a partir de uma certa idade, e tinha ainda mais alguns, porque meus pais gostavam muito de criança e de vez em quando assumiam por algum tempo filhos de outros. Mas esses são os principais que nós consideramos nossos irmãos também.

A.P. – Todos eles estudaram na mesma escola com a professora do município?

O.S. – Sim. Com exceção dos mais velhos, porque Agostinho e Zoé, que são filhos adotivos dos meus pais, na verdade são mais velhos que nós todos. Então quando nós nascemos eles já estavam sendo criados pelos nossos pais e depois ajudaram a nos criar também. Então eles não estudaram nessa escola, mas estudaram alguma coisa, até mesmo com meu pai e minha mãe que passaram o que sabiam, como também passaram em parte para nós, na medida em que não havia professora. Nós começamos a nos alfabetizar com eles, ou a fazer uma conta e tal. Depois então passamos ao aprendizado regular nessa escola rural. Então eu fiquei durante esse tempo em Rosário, lá em Touro-Passo, no Caverá, e depois fui para sede do município estudar. E fiz um ano de admissão ao ginásio para ter mais segurança e poder garantir uma vaga no Ginásio que estava começando na cidade. Na época era Ginásio Estadual de Rosário do Sul e mais tarde Ginásio Estadual Plácido de Castro, como é conhecido hoje. Então eu fiz aquele ano de admissão com uma professora particular, juntamente com outros estudantes, e depois entrei para o Ginásio e fiz quatro anos de ginásio lá em Rosário, e lá comecei também a escrever, a gostar de escrever. Eu escrevia bem, bastante bem, fazia umas redações boas e chamava a atenção da professora com aquilo. Os colegas me convidaram a escrever para o jornal que estava surgindo na cidade, o *Correio de Rosário*, onde havia um espaço para o grêmio estudantil. Então me colocaram como uma espécie de auxiliar de divulgação do grêmio estudantil e começaram alguns textos a serem publicados ali. E mais adiante comecei a escrever poesias. Mas na verdade eu também fazia desenhos, desenhava histórias em quadrinhos quando estava no ginásio, inventava as histórias, à medida que eu ia desenhando a história ia sendo construída. Depois também, já na campanha – lá nós dizemos campanha nos referindo ao campo, embora exista no estado uma região chamada Campanha, mas nós usamos também com o sentido de campo. Então, lá no campo eu já sabia tocar acordeom, iniciando com uma gaita de oito baixos, teclado de botão, que aqui no Rio Grande do Sul nós chamamos de acordeom e em outros estados chamam de sanfona. Então eu aprendi e mais adiante eu passei para gaita piano ou apianada. E quando eu estava no ginásio em Rosário, os estudantes do grêmio estudantil criaram a “hora estudantil” na rádio local, a rádio Marajá de Rosário do Sul. E me convidaram para tocar alguma coisa no programa. Eu fui e toquei. Depois passei também a dizer poemas e depois, como eu era um dos convidados, o locutor da rádio me colocava no microfone e ia passear. E eu ficava lendo as notas, aquela

pseudolocução comercial. Era muito interessante, e eu gostava muito daquilo. Depois eu passei até a apresentar um programa ao vivo, um programa regionalista na rádio. Às vezes os apresentadores iam pescar, saíam para o interior e não voltavam para fazer o programa domingo de manhã, então me pediam para apresentar e eu apresentava lá com os gaiteiros, declamadores e tal. Gaiteiro para nós é o acordeonista, o sanfoneiro.

A.P. – E nessa escola onde você estudou os cinco anos com essa professora lá em Rosário do Sul, como era o relacionamento? Os alunos eram só o pessoal da família, todos negros?

O.S. – Na escola rural?

A.P. – Sim.

O.S. – Não. Talvez a maioria fosse negra, porque na nossa família havia vários e havia outros negros também. Mas o fato é que quando a escola começou os meus primos, ou seja, aqueles que poderiam estar estudando junto conosco, já não estavam mais lá. Já tinha havido a permuta e a outra parte da nossa família, da família Ferreira, preferiu se estabelecer nas terras originais que eram apropriadas e favoreciam o trabalho junto às estâncias, o trabalho nas estâncias. Talvez por isso, não sei se havia outros motivos. E com isso os nossos primos saíram de lá. Então os demais alunos eram de agregados, posteiros de algumas estâncias residindo próximo. Os alunos vinham de longe a cavalo para as aulas. Mas a maioria era, sim, negra. Não há dúvida.

A.P. - Por que eu lhe perguntei isso? Porque nós estamos no Rio Grande do Sul, um estado que é conhecido no resto do Brasil como o estado onde as pessoas são descendentes de italianos e alemães, enfim, e no interior essa questão racial aparece ainda mais forte, segundo relatos que eu tive aqui na minha passagem com os professores daqui – eu fiz um trabalho com professores daqui e discutimos muito sobre a questão racial. Então eu queria perceber o seguinte: como se dava essa questão na sua família, lá na estância? Havia discussões? Havia outras famílias brancas? Havia discussão sobre a questão racial lá na comunidade?

O.S. – Não. Não havia. Pelo menos não na nossa família, pelo seguinte: a minha família é mista. Meu pai era branco e era filho de uruguaios. Meus avós paternos, Nicássio Silveira e Maria Gregória Martins Silveira eram uruguaios, segundo a minha certidão de nascimento e de meus irmãos. Eu convivi bastante com o meu avô. Ele usava expressões espanholas frequentemente. E era às vezes chamado por alguns de “castelhano Nicássio”. Castelhana para nós é pessoa de fala espanhola, especialmente uruguaios e argentinos. Nós dizemos “os castelhanos” aqui no Rio Grande do Sul. Então não havia discussão, debates sobre a questão negra. Isso não acontecia. Na nossa família até essa questão passava ao largo, a ponto de nós não nos considerarmos negros. Essa é uma questão que vai surgir para mim muito mais adiante. A gente sabia e tal, mas havia uma postura que não levava a essa coisa de assumir a condição de negros. Enquanto que na família dos meus primos acredito que a situação era bem diferente, porque não havia o casamento misto. Eram casamentos de negros com negras e eles eram negros também, mulatos na maioria. Na verdade, tu falaste estância, mas na verdade as nossas casas não eram estâncias, eram ranchos, eram casas simples de gente pobre, pequenos proprietários, daqueles que, embora proprietário de uma área de terra, era com produção de subsistência, lavoura e tal, e animais que poderiam ser vendidos, os bois eram vendidos, uma safra nessa área da pecuária. Mas de pequena monta. Mal dava para sobreviver mesmo. De modo que eu morei e estudei nessa escola e depois, aconselhado pelo padre, ou melhor, meu pai foi aconselhado pelo padre Ângelo Bartelli... um padre muito interessante porque ele era, em certa época, inspetor de ensino do município e percorria o município todo, não só com essa função, mas pela função de pároco também. Ele percorria o município a cavalo e o município é muito grande. Mas ele percorria, passava dias viajando e sempre pousava lá em casa. E ficava conversando até por volta de meia-noite e sempre aconselhava o meu pai a me mandar estudar e a minha irmã mais velha também. Ela chegou a estudar no chamado “colégio do padre”, lá na cidade, mas depois voltou para a campanha.

A.P. – Esse padre é branco?

O.S. – É branco, de origem italiana. Padre Ângelo Bartelli. E era um padre muito conhecido lá e estimado também. Mas eu fui estudar na escola pública. Primeiro eu fiz a admissão, como eu disse, era um curso de uma escola particular, com alguns alunos, e nos preparamos e eu consegui entrar para o ginásio, fiz quatro anos e comecei nesse período a escrever. E ao

final do curso, um professor que eu consultei me sugeriu a estudar letras, pelo fato de eu gostar de escrever.

A.P. – E esse gosto por escrever, esse gosto pela arte, pela música, havia isso em casa, na família? O pai e a mãe liam?

O.S. – Sim, havia. Meu tinha *Seleta em Prosa e Verso*, Clemente Pinto, se eu não me engano. A famosa *Seleta*. E tinha um exemplar do *Martin Fierro* de José Hernandez. Além de algumas outras coisas.

A.P. – Ele gostava de ler e incentivava?

O.S. – Incentivava.

A.P. – Ele chegou a estudar?

O.S. – Quando tinha alguma folga, quando podia, ele chamava a atenção. É claro que o *Martin Fierro* era difícil porque era em espanhol e ele ainda não tinha esse domínio. Mas na *Seleta* tinha coisas interessantes, às vezes ele lia e tal, a minha mãe... E a gente também tinha iniciação musical, que já vinha da mãe e também do meu tio Aduino Costa Ferreira. Isso é marcante para mim, porque ele tocava bandoneon, mas tocava também aquelas gaitinhas, uns acordeoninhos de duas teclas, de dois ou quatro baixos e uma ileira só de teclas de botão. Ele tocava naquele instrumento muito antigo, e tocava um pouco de violão também. Mas como instrumentista de bandoneon, esse instrumento do tango argentino, muito conhecido no tango...

A.P. – Irmão da sua mãe?

O.S. – Irmão da minha mãe, filho de Zacarias Ferreira e Martina Costa Ferreira. Então Aduino era um grande músico rural, muito solicitado para tocar em bailes na região e era muito versátil, ele tocava tudo que ele pudesse aprender, e tinha muita facilidade de aprender. Então ele tocava as músicas regionais, principalmente “vaneira” ou “avaneira”, que vem da

abaneira cubana e que é um ritmo similar ao samba, até porque a abaneira cubana tem rítmica afro, africana. E ele tocava isso e tocava muitas outras coisas, xotes, mazurcas, rancheira, tango, bolero, samba-canção, samba de uma maneira geral, rumba, conga, foxtrote... Então era muito versátil e tocava muito bem. Então eu gostava muito de ouvir. O bandoneon tem um som espetacular. Gosto muito daquele som. Me criei com aquele som. Além disso a minha mãe tocava acordeom, essas gaitas que eu citei antes, acordeon de oito baixos. E eu aprendi um pouco com ela, um pouco com outros músicos que apareciam por lá, músicos negros. E depois, na medida em que alguém deixava uma gaita lá em casa, eu já ia treinando, aprendendo. Até que depois eu adquiri uma dessas gaitas “apianadas”, pequena, muito sem recursos, mas me permitiu aprender alguma coisa. De modo que então havia essa iniciação musical muito importante. Outra coisa era a literatura oral, vamos dizer assim. A poesia das quadrinhas, do que nós chamávamos versinhos, os poemas feitos em estrofes de quatro versos e que eram apresentados durante os bailes, nas chamadas “vaneiras de damas” ou “polcas de relação”, ou ainda, como se chama também no Rio Grande, “meia canha”. Mas nós chamávamos lá de vaneira das damas ou polca de relação. E a característica desse gênero é que é o momento do baile em que as damas tiram os cavaleiros, ou seja, as moças tiram os moços, e lá pelas tantas forma-se uma roda, lá pelas tantas um par entra para a roda e o músico interrompe, para de tocar, e eles dizem versos, começando pelo cavalheiro que diz um verso e ela responde. Quando algum não sabe responder, pede que uma outra pessoa a “desempenhe”, e aí uma outra pessoa diz um verso no lugar daquele que deveria dizer. Isso era muito interessante porque havia muita poesia naqueles versinhos, e a gente, criança ou adolescente, costumava depois exercitar aquele repertório: quem sabia um dizia, quem sabia outro, e assim íamos em frente. Então por exemplo, a minha irmã tinha um namorado e o namorado disse um verso para ela assim: “Se eu soubesse de certeza / que tu me querias bem / Eu mudava de sistema / e não amava mais ninguém.” E ela respondeu assim: “Se eu soubesse de certeza / que tu em mim tinha amor / Eu caía nos teus braços / como o orvalho na flor.” [risos] E assim havia muitos. São muito conhecidos esses chamados versinhos. E isso é a poesia, poesia popular no caso, e que vai impregnando. E além disso havia os “causos”. A minha mãe era uma contadora de “causos”, tinha um outro tio branco que também era um bom contador de causos, gostava de contar, meu pai também contava. Então a gente ficava ouvindo às vezes à beira do fogareiro, na cozinha, uma noite de chuva ou frio, então você

colocava a brasa no fogareiro e a gente ficava em roda ali ouvindo essas histórias que faziam a gente ficar muito encantado. E isso também foi um incentivo para a literatura.

A.P. – E como foi esse início na escola municipal lá em Rosário do Sul, na cidade?

O.S. – Bom, na verdade, municipal era a escola primária, essa rural. Na cidade, primeiro foi o curso de admissão, que era um estudo com uma professora particular, mas que dava aula em grupo, e durou um ano todo. Só no outro ano que eu ingressei no ginásio. E aí era um ginásio estadual. Então mudou muito. Claro, eu estava em outro ambiente, vivendo na cidade, e formando um círculo de amigos e tal. Mas foi importante porque eu passei a aumentar meu acúmulo de conhecimento, estudando latim, francês, desde a primeira série do ginásio e durante os quatro anos. Além de inglês, que começava na segunda série, e todas as outras disciplinas, história, geografia, matemática, português, canto orfeônico, e aí um aprendizado um pouco maior de música, teoria musical, essas coisas. Então o ginásio foi muito importante para mim, foi quando eu comecei a escrever e a publicar. Porque professores que não eram de Rosário, mas foram lecionar lá, criaram o *Correio de Rosário*. E nesse jornal eu comecei a escrever e publicar os primeiros poemas a partir de 1958.

Então, uma vez formado lá, eu vim para Porto Alegre e passei a estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, fazendo então o chamado ensino médio.

A.P. – O científico?

O.S. – Clássico. Curso clássico. Porque eu me destinava às letras, então fui orientado no sentido de me matricular no curso clássico. Não uma orientação especializada, do serviço de orientação educacional, nada disso. Alguém, sabendo que eu me destinava às letras, que eu escrevia, disse: “Para fazer o curso de letras tem que fazer o curso clássico.” Creio que foi o próprio professor que me recomendou letras que já me disse isso. E eu vim para Porto Alegre e ingressei no curso clássico. Foi outro período muito importante para mim, porque além de continuar escrevendo, eu também, lá por uma certa altura, fui convidado, acho que já no terceiro ano, a ser o secretário de imprensa do grêmio estudantil. E eu aceitei e tive a incumbência de realizar cinco edições do jornal da escola, que era *O Julinho*. Essa escola, Colégio Estadual Júlio de Castilhos, era uma escola muito importante e era uma das escolas

chamadas “padrão” no estado, na área da educação estadual. E havia uma atividade muito boa de política estudantil, assim como também de tradicionalismo. Tanto que foi a partir de lá que surgiu o movimento tradicionalista, hoje muito forte no estado, e com Centros de Tradições Gaúchas em muitos estados do país e até no exterior. Então nessa escola eu passei a participar da política estudantil, que a rigor eu tinha iniciado em Rosário, muito timidamente no grêmio estudantil, e tive essa experiência jornalística, de “jornalista feito a martelo”, um jornalismo que precisou ser feito para cumprir aquele programa mínimo para a secretaria de imprensa, que eram cinco números do jornal *O Julinho*. E ali publiquei não só a minha poesia, mas como a poesia de muitos outros poetas que eram estudantes da escola. E não só poesia, contos e outros textos. Então foi uma experiência muito interessante. Então se somava àquela experiência de rádio, d locução na rádio Marajás de Rosário do Sul, vinha se somar essa outra experiência de veículo impresso. Mas tendo que fazer tudo praticamente. Claro, junto aos gráficos. Então trabalhava muito próximo dos gráficos nos momentos de edição do jornal. E isso foi um aprendizado muito bom.

A.P. – Você entra na faculdade em que ano?

O.S. – Entrei em 1962. Porque eu fui para a cidade de Rosário do Sul em 1953, eu acho. Porque me formei no ginásio em 1958. Então foram cinco anos estudando em Rosário. Em 1958 eu terminei o ginásio, em 1959 me mudei para Porto Alegre e passei a estudar no curso clássico do Julinho, que era o Colégio Júlio de Castilhos. Foram três anos, então ingressei, tive a sorte de passar no vestibular na primeira tentativa e em 1962 iniciei o curso de letras, que era neolatinas. Depois houve uma reforma e eu tive que optar pelo curso que contemplava português, francês e respectivas literaturas. Fiz a licenciatura, as cadeiras pedagógicas, e fiquei habilitado ao magistério. Nessa altura eu trabalhava no serviço público depois de ter trabalhado... porque quando vim para Porto Alegre, tive que providenciar emprego. Trabalhei nos escritórios da Editora Globo, com a correspondência, depois, no ano seguinte, trabalhei numa veterinária que editava um jornal rural, um jornal voltado para o campo. E nesse jornal eu criei uma página regionalista. Mas não assinava. Às vezes eu colocava um pseudônimo nos textos que fazia. Mas publicava alguns escritores regionalistas, poetas especialmente, e por aí também fiz amizade com eles. De modo que eu que tinha começado lá em Rosário a escrever literatura regionalista, era muito familiarizado com isso,

então realizei essa página. Mas ao mesmo tempo eu estava já – nessa época eu estava no Colégio Júlio de Castilhos – também me interessando por uma literatura, uma poesia mais universalista, tentar outras formas, outros gêneros, fazer esses exercícios de linguagem, de modo a ter uma flexibilidade maior. Então eu trabalhei dois anos assim em empresas particulares. E como eu fazia o jornal nessa veterinária, eu revisava o jornal e fazia essa página regionalista, por isso, no terceiro ano, eu fui convidado pelo meu colega que era o presidente do grêmio a ser o secretário de imprensa. E aí então fecha-se esse ciclo, essa parte relativa ao ensino médio. E entro na faculdade em 1962.

A.P. – Então, essa entrada na faculdade sem dúvida é muito importante. Eu queria, antes de entrar na faculdade, tentar perceber... o ginásio que já é na cidade e depois o clássico, como é o perfil da escola? Rosário é uma cidade pequena? Porque Porto Alegre já uma cidade grande, já tem um público amplo. Como é essa tua inserção como aluno? Aparece em algum momento a questão racial?

O.S. – Sim. Na verdade, ela sempre estava presente, eu apenas não percebia, apenas estava voltado, e não havia também nenhum movimento da comunidade negra a que eu estivesse ligado, embora em Rosário houvesse clubes de negros, por exemplo. Nós temos um clube que se chama Sociedade União Rosariense, que é 1915, mais ou menos. E aqui eu estou com uma camiseta do I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em Santa Maria, uma cidade do nosso interior, uma cidade universitária no centro do estado. E Rosário do Sul tem esse clube ainda.

A.P. – Você frequentava esse clube?

O.S. – Não frequentava. Eu poderia, quem sabe, ter despertado mais cedo para a questão racial se frequentasse.

A.P. – Isso é interessante, a gente tem relatos, fundamentalmente são dois relatos de lideranças do Rio de Janeiro que tiveram experiências aqui no Rio Grande do Sul quando crianças ou jovens, e um relato que surge muito forte dessas duas personagens é que aqui não tinha conversa, aqui não dava para dizer que era moreno. Porque havia nitidamente um

reconhecimento dos outros de que era negro. Então, por exemplo, não podia frequentar o clube dos brancos, tinha que ir para o clube dos morenos, inclusive como era chamado.

O.S. – Era chamado assim.

A.P. – É muito interessante, você está dizendo que não havia muito, que as coisas aconteciam, evidentemente, mas que você se dava conta. Como é que funciona isso?

O.S. – Eu era do campo. Então na cidade eu ficava muito retraído, é aquela timidez, aquela situação de estar vivendo num meio diferente. Então é um outro aprendizado. E eu também não tinha grandes recursos. Eu mal sobrevivi, mal dava para estudar, morando na casa de parentes inicialmente, depois de conhecidos da família. Então eu não tinha muito a possibilidade de lazer, desse tipo de lazer. E estudava muito também, estava sempre cuidando dos estudos e não cheguei a despertar para esse convívio na comunidade negra. Embora a comunidade tivesse uma vida bastante intensa, em função justamente desse clube, que era o clube União Rosariense. Havia também uma religiosidade negra, os chamados caboclos. Um primo meu, e eu morei algum tempo na casa dele, frequentava. Mas eu nunca ia. Eu tinha até uma visão meio negativa porque eu fui criado como católico, cristão católico, lá na campanha, no campo. Fui criado como católico, e na cidade eu ia à missa todos os domingos. Durante o tempo de Rosário eu, embora sentisse a diferença, eu às vezes ia... por exemplo, em certos casos que ocorreram bailes regionalistas num dos clubes da cidade, que era o Clube Caixeiral, eu me lembro de ter ido lá na frente do clube para ver o pessoal chegar trinchado – trinchado para nós é vestido de gaúcho –, eu ficava ali ouvindo o som também, encontrando com alguns amigos. Mas nunca fui convidado para entrar, e nem poderia, porque eu era um estudante pobre que estava ali na frente curioso. E não tinha nenhuma ligação com as pessoas que frequentavam aquele ambiente. A não ser com alguns estudantes. Na formatura que eu fui convidado para o baile do Clube Caixeiral. E tive que ir.

A.P. – Era um clube de negros?

O.S. – Não, um clube de brancos. Eu fui convidado para esse baile porque a festa da formatura era lá. E uma amiga, irmã dos meus colegas, insistiu que eu fosse porque ela seria o meu par na abertura da festa. Então eu fui, fiquei um pouco na festa e fui embora.

A.P. – Você entrou no clube de brancos?

O.S. – Sim, entrei nesse clube nessa oportunidade. Uma outra oportunidade foi quando, creio que, o Rotary Club realizava uma sessão, e um dos professores que fazia parte do Rotary me designou para falar sobre a Revolução Farroupilha. Então eu tive que fazer um estudo, levantar dados sobre a Revolução Farroupilha e apresentar aos rotarianos lá reunidos. Mas só isso. E o nosso clube eu não conheci. Fui conhecer depois. Nunca entrei nele, no Clube União Rosariense, só depois quando estava aqui em Porto Alegre, já voltado para a questão negra, que eu me interessei em conhecer e voltar lá, como sempre volto, nunca me desliguei. A rigor eu me considero domiciliado em Porto Alegre e em Rosário do Sul, no nosso sítio lá de Touro-Passo.

A.P. – Então nessa passagem para a universidade tem algum momento emblemático, algum momento em que lhe remetesse à questão racial? Como é essa vivência na universidade?

O.S. – Na verdade eu acho que até começa ao final do ensino médio. Porque no Colégio Júlio de Castilhos tinha muitos bons professores, boas aulas de história e então muita coisa era colocada e chamava atenção. Embora os professores também não fizessem nenhum trabalho muito especial sobre a história do negro. Mas eram aulas muito interessantes e davam uma base muito boa. Eu, quando entrei para a universidade, continuei na política estudantil. Aliás é interessante dizer que como eu ainda mantinha a intenção de ser católico, eu tive experiência de participação em JEC e JUC. JEC é a Juventude Estudantil Católica, no ensino médio, na época do Julinho, e JUC na universidade. Então foi uma tentativa que eu fiz de ser um católico mais consequente, um cristão mais consequente. Com o tempo eu desisti disso e abandonei. Não sou mais cristão, nem católico. Ao contrário, assumi a religiosidade negro-africana e me defino pela cultura, inclusive religiosa, da área Angola-Conguense.

Então na universidade é que eu comecei a despertar mesmo para a questão racial. Um livro que foi emprestado por uma escritora, a poetisa – hoje dizem “a poeta” – Lara de

Lemos, gaúcha e foi inclusive professora do Julinho. E uma vez que eu falei com ela, ela me emprestou esse livro, *Reflexões sobre o racismo*, de Jean Paul Sartre. E o livro é importante porque na primeira parte traz muito a questão judaica, e na segunda contém o Orfeu Negro. Orfeu Negro é a apresentação que Sartre faz da antologia da poesia negra em malgaxe, de Leopold Sédar Senghor, o poeta senegalês que foi presidente do país, que é uma das expressões da *Négritude*, que surgiu na França, mas é de matriz antilhana e africana: Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Sédar Senghor, são os três nomes básicos. Então a leitura desse Orfeu Negro foi importante não só pelo texto de Sartre, mas principalmente pelos fragmentos de poesia negra que Sartre apresentava ao longo da sua análise, do seu trabalho. Então foi possível ali conhecer textos de vários autores africanos ou das Antilhas, como o próprio Césaire, Senghor, Léon Damas e outros que aparecem. E isso foi realmente um impulso muito grande para a minha conscientização. A própria política estudantil depois também foi me oferecendo oportunidades. Eu publiquei um primeiro livreto logo na entrada da universidade, se chamava *Germinou* e é de um texto universalista, uma poesia de caráter universalista de um modo geral. Depois, mais adiante, eu publiquei um livro, seria um folheto muito pequeno com seis poemas regionalistas, intitulado *Poemas Regionais*. Inclusive um deles da época em que estava começando em Rosário do Sul, 1958. O poema chama *Aquele mate*: “Aquele mate que é chinoca tranqueando, requebrando e pisando miúdo me alcançou / parecia o apoio que se alçou do lúbre de maúca na mangueira / Aquela bomba como um dedo e apontando, dizia alguma coisa / A mãozita dela tremendo como alecrim tocado de minuano, fazia o verde resvalar leviano pela boca da cuia / E aquela cuia parecia o meu coração transbordando de amor.”

A.P. – Bonito.

O.S. – Esse é um poema dos primeiros.

A.P. – *Germinou*, de 1961?

O.S. – Não, esse poema não está em *Germinou*. Ele está em *Poemas regionais*. Mas é mais antigo que os de *Germinou*. Porque quando eu publiquei *Germinou* eu já estava numa fase de poesia universalista. Mas por um lado não me desprendi daqueles poemas regionais feitos

antes, pelo menos dos melhores, e ainda passei a entrar no processo de conscientização. Esse folheto já tem um poema regional e ao mesmo tempo sobre negro, que é um poema que chama *Gaúcho negro mateando*, que foi musicado e gravado pelo Duo em Preto e Branco. É uma composição, na parte musical, de Wado Barcellos, um músico compositor, instrumentista de violão, que reside atualmente na Europa e é negro. Ele, em parceria com Waldir Garcia, um músico importante aqui do Rio Grande do Sul, fizeram um LP, Long Play, vinil, em que eles se denominam Duo em Preto e Branco. Porque um deles era negro preto, bem preto e o outro branco. Era uma dupla interessante. E eles gravaram esse *Gaúcho negro mateando*, sobre o título de *Negro gaúcho mateando*. Ficou muito interessante a gravação. Bom, mas eu, por essa época, 68, já estou nesse processo de conscientização. É bom dizer que no livreto *Germinou*, existe um poema que já coloca alguma coisa disso. Fala sobre Maria da Graça, diz assim: “Maria da Graça é mulata, nós dois combinamos na cor.” Não sei todo ele. É pequeno também, mas termina dizendo assim: “Maria, se nós nos casássemos não ficaria tudo em casa?” [riso] É um início de despertar dessa questão.

A.P. – De 1968?

O.S. – Esse é de 1962, sobre Maria da Graça. Mas 1968 aí...

A.P. – O Sartre é em 1968, você conhece o *Reflexões sobre o racismo* em 1968?

O.S. – Não. Bem antes.

A.P. – Porque esse momento, década de 1960, você tem uma série de coisas acontecendo, nos Estados Unidos, as lutas pelos direitos civis, na África, as lutas de libertação, o Sartre está pensando sobre essas questões também muito influenciado por esses movimentos que estão acontecendo no mundo Atlântico. E você tomava contato, além do Sartre... Pelo que você diz, o Sartre é esse momento emblemático que te faz refletir sobre a questão. A partir daí você começa a tomar contato com outras questões, com outros livros, com outras ideias?

O.S. – Exatamente. Com esses escritores negros, especialmente com os da *Négritude*. Por exemplo, eu pedi ao meu professor de francês, monsieur Lacarra, francês, que trabalhava

como adido no consulado da França, que encomendasse pelo malote, que poderia sair mais barato, livros de Senghor e de Césaire. E ele fez isso. Então os livros vieram por preço muito acessível e de modo que eu pude ler não só biografia, estudo crítico, sobre a obra de Senghor e sobre a obra de Césaire, inclusive veio junto o *Cahier d'un retour au pays natal*, que é o famoso poema de Aimé Césaire, que eu até andei tentando traduzir, fiz um exercício de tradução para melhor compreender. Então durante o período de universidade, que foi de 1962 a 1965, quatro anos, eu tomei contato com literatura negra. Tanto esses de língua francesa como outros. Com poetas também inclusive brasileiros com Solano Trindade, pelo menos. Além de Cruz e Sousa, claro que a gente lia.

A.P. – Os movimentos pelos direitos civis lá nos Estados Unidos, Luther King e tal, chegavam aqui?

O.S. – Chegavam sim. Tanto que quando Luther King é assassinado em 1968, eu publico um poema sobre ele. Eu acho que o poema foi feito logo no dia seguinte da morte dele. Ele foi publicado logo depois, dois, três dias depois da morte dele, no jornal aqui em Porto Alegre.

A.P. – Qual jornal?

O.S. – *Correio do Povo*. Eu não lembro do poema, mas o título é *Requiem para Luther King*. Começa assim: “Martin Luther King Júnior. Mártir Luther King Júnior...” Então é um poema que foi muito saudado. E isso é ano de 1968, mesmo ano em que eu publico *Poemas Regionais*, e que já existe um poema a respeito de negro, que é esse poema que foi musicado *Gaúcho negro mateando*. Que diz mais ou menos assim, só o início dele para identificar, é assim a primeira estrofe: “Meu rei queimado porongo / preto aconchego do amargo / Sinto em mim quando te afago / velhas raízes de Congo.”

A.P. – Eu vou fazer o seguinte: vou parar aqui para trocar de fita.

[FINAL DO DISCO 1]

A.P. – Voltando aqui para a gravação. A gente estava entrando, a partir dessa tomada de consciência e do 1968, já com poesia falando sobre essa questão racial e com poesia em homenagem ao Mártir Luther King, o que demonstra que já há uma reflexão sobre essa questão, isso é importante. A partir daí começa já... Enfim, agora que você vai nos contar como começam esses encontros em 1971, que aconteciam inclusive aqui na rua onde nós estamos, na rua dos Andradas.

O.S. – Na rua dos Andradas, na rua da Praia.

A.P. – Como é que começa essa história, esses encontros?

O.S. – Pois é, eu me formo em 1965 e mais ou menos por essa época, eu não tenho ideia exata, tentamos formar um grupo em Porto Alegre. Porque aí eu começo a me dar de conta que eu não convivía muito com a comunidade negra aqui. E não tinha muitos amigos também, eu precisaria descobrir essa comunidade. E passei a tentar conhecer mais pessoas negras e tal. E houve algumas apresentações de teatro que me chamaram a atenção. Por exemplo, uma delas, na década de 1960 ainda, foi o *Orfeu Negro*, uma montagem feita por dois grupos negros, um grupo da Sociedade Floresta Aurora, chamado Teatro Novo Floresta Aurora e o GTM, Grupo de Teatro Marciliense, que pertencia ao Clube Náutico Marcílio Dias, um clube que já está extinto. Os dois grupos se uniram e fizeram essa montagem que foi apresentada no Teatro São Pedro, o principal teatro aqui de Porto Alegre, teatro histórico. E eu assisti esse espetáculo e conheci algumas pessoas ali. Mas antes disso, tentamos com um amigo universitário e mais a minha esposa, ainda não éramos casados, mas... Tentamos formar um grupo que se reuniu na Sociedade Floresta Aurora. Foi a primeira vez que eu entrei na Sociedade, e descobri que ela tinha sede na rua Lima e Silva, onde eu tinha residido. Eu morei a mais ou menos uma quadra, duas quadras da Sociedade Floresta Aurora e não sabia que ela existia. Logo que cheguei a Porto Alegre. Mas nessa época já depois de formado na faculdade e já lecionando, eu tentei formar esse grupo juntamente com outros. Mas o grupo não vingou, não passou de duas reuniões, não continuou. Então eu continuei tentando isso que as pessoas chamam de “procurar sua turma”. E eu estava tentando isso. Mas uma das primeiras definições que eu tive, à medida que comecei a me reconhecer como negro, foi me definir por formar uma família negra, com uma mulher negra. E aí acabei

conhecendo a minha esposa e casamos um tempo depois. Nos conhecemos na universidade. Casamos e tivemos uma filha.

A.P. – Ela fazia Letras também?

O.S. – Também fazia Letras. Era só um ano antes. Como esse grupo não deu certo, eu continuei ainda com a ideia de aproximação da comunidade negra. E conheci uma das pessoas pelo menos que tinha participado daquele grupo do *Orfeu Negro*, que se chama Antônio Carlos Cortes. E através dele eu passei a participar de um grupo informal que se encontrava na rua da Praia. Era comum, a rua da Praia era uma rua de passeio, e era comum as pessoas irem para lá formar um grupinho e ficar conversando, a gente ficava caminhando, andando de um lado para o outro ou fazendo o que tinha que fazer. E era muito interessante, lazer de fim de tarde. Então nós passamos a nos encontrar ali. Porque como eu tinha falado com o Cortes, talvez na oportunidade dessa peça, eu encontrei com ele na rua e fui procurá-lo: “Oi, tudo bom?” Aquela coisa de começar a conversar. Conversamos, aí chegou mais gente, mais negros, e dali, nesse primeiro encontro nosso, começou a surgir a questão do 13 de Maio e outras questões ligadas ao negro. Mas nessa altura eu já tinha até publicado um outro livro, que chama *Banzo saudade negra* e tinha ganhado uma menção honrosa da União Brasileira de Escritores no Rio de Janeiro. Recebi carta de Stella Leonardos, que era essa grande escritora e poetisa brasileira, que era secretária da União Brasileira de Escritores, ela foi muito favorável ao livro. Isso me entusiasmou. Eu publiquei em 1970, e nesse livro já tinha um poema feito no dia 13 de maio de 1969, com esse título: *13 de Maio*. É um poema longo, mas três versos dele são bastante conhecidos e dizem assim: “13 de Maio traição / Liberdade sem asas / e fome sem pão.” Então o assunto 13 de Maio talvez tenha envolvido pouco esse livro *Banzo saudade negra*, que continha esse poema. Mas ao mesmo tempo, talvez por estarmos por volta de maio, época em que o oficialismo nos propunha comemorar a Lei Áurea, homenagear a princesa Isabel, essas coisas. Eu sei que a discussão se tornou muito interessante a esse respeito e o Jorge Antônio dos Santos, que era uma das pessoas da roda, que frequentava seguidamente essa roda, era um dos principais críticos do 13 de Maio, com bastante veemência, porque não devíamos comemorar, não devíamos considerar como uma data tão importante. Isso me levou a trabalhar um pouco a questão da história, revisar os conhecimentos de história do Brasil e verificar como estava a história do negro nesse

contexto todo. E um fascículo da [Editora] Abril foi importante, ele faz parte daquela série *Grandes Personagens da Nossa História*, e é um número dedicado a Zumbi. Estava ali a história de Palmares, a morte de Zumbi em 20 de novembro. Então me chamou muito a atenção. Mas só que era uma obra que não poderia ser tomada como uma fonte do tipo que a academia, por exemplo, exigiria para se fazer a defesa de uma data dessas. Então eu fui procurar a fonte. Como eu gostava de folclore, já tinha uma iniciação em estudos de folclore, eu já conhecia o Edson Carneiro. E na bibliografia dele aparecia o livro *Quilombo dos Palmares*. Falando ao Antônio Carlos Cortes, ele me disse que o livro estava na Biblioteca Pública de Porto Alegre, biblioteca pública do estado. E eu fui verificar e lá estava mesmo a história de Palmares, tinha sido a base para o fascículo, e o 20 de Novembro estava lá. Então eu já passei a ter certeza, porque o Edson Carneiro era um etnógrafo respeitável, consagrado e para corroborar isso, lembrei que eu tinha em casa um livro que eu nunca pegava e que tinha sido emprestado pelo meu sogro, a essa altura já falecido, professor José Maria Viana Rodrigues, negro. E no livro, que é de Ernesto Ennes, e se chama *As Guerras nos Palmares*, o autor não só conta a campanha de Palmares durante aqueles anos todos, como transcreve documentos. E lá estava a morte de Zumbi, lá estava o 20 de Novembro. Então corroborou. E então, sem ter mais dúvidas, propus aquele grupo formal que a gente fizesse uma reunião para examinar a possibilidade de formar um grupo de estudos ou coisa parecida.

A.P. – Quem compunha esse grupo? Antônio Carlos...

O.S. – Para essa primeira reunião são quatro pessoas. Tinha mais um que não quis se integrar ao grupo: Antônio Carlos Cortes, estudante de direito na época, Ilmo da Silva, era funcionário público e Vilmar Nunes, acho que também era funcionário público. Esses que formaram o grupo inicial, na primeira reunião do grupo. Tinha mais uma pessoa, um outro amigo que não quis se integrar, fazer parte. Mas já nas próximas reuniões nós convidamos outras pessoas que não quiseram aderir, mas aderiu uma estudante chamada Nara Helena Medeiros Soares, falecida já, e que era estudante, não sei se de psicologia, pedagogia ou sociologia, uma coisa assim. Mais adiante, uns dois meses depois, ingressou outra componente chamada Anita Leocádia Prestes Abad. Então essas seis pessoas são consideradas as iniciadoras do Grupo Palmares, as fundadoras, digamos assim. E o Grupo então se reuniu nessa primeira oportunidade, nós não sabíamos muito bem que data era, mas

adotamos a data de 20 de Julho. Se não é essa data é em torno dela. Adotamos essa data porque esquecemos de registrar. E já fizemos um planejamento logo a seguir. Na reunião seguinte, que já foi em outro local, aqui na rua da Praia, onde era a sede da Loteria Estadual, e onde moravam os pais de Antônio Carlos Cortes e ele também, ali já foi dado o nome Grupo Palmares, justamente porque reconhecíamos ou entendíamos que Palmares era a passagem mais importante da história do negro no Brasil. E também, logo em seguida, passamos a estabelecer um programa de trabalho para aquele ano. Seriam três atos: homenagem a Luiz Gama em agosto, acabou acontecendo no início de setembro; a José do Patrocínio em 9 ou 10 de outubro, no aniversário de nascimento; e a homenagem a Palmares que seria realizada em 20 de novembro de 1971. Nós cumprimos esse calendário nesse ano e realizamos então em novembro o primeiro ato evocativo, de celebração do 20 de Novembro, no Clube Náutico Marcílio Dias, citado antes. Foi um sábado, então fizemos uma reunião com as pessoas que estavam presentes e, sem deixar de lembrar que, como a imprensa, um jornal noticiou como sendo uma atividade de teatro “Zumbi, a homenagem dos negros do teatro”, e o teatro era muito visado pelo governo militar, nós fomos chamados a registrar a programação, para obter a liberação da censura na sede da Polícia Federal.

A.P. – A Polícia Federal ficou sabendo...

O.S. – Viu no jornal, foi ao Clube e lá no Clube pediu que nos informassem que nós deveríamos obter essa liberação. Nós fizemos isso, fomos lá. Não sei se fomos em dois ou se fui eu só. Eu fui, mas não lembro se o Antônio Carlos Cortes também foi. Enfim nós conseguimos essa liberação e realizamos o ato, que não era uma atividade teatral. Nós íamos contar a história de Palmares, defender a data de 20 de Novembro, como fizemos. Então passamos a marcar essa data a partir de 1971.

A.P. – E essa foi a única intervenção da repressão? Porque a gente está vivendo o momento mais duro da ditadura militar, o governo Médici. Ao longo dos encontros você sentiu mais alguma intervenção, alguma participação, esse tipo de coisa?

O.S. – Não. Nas atividades do Grupo Palmares, não. Mas a gente tinha muito cuidado em não entrar em choque com o regime. Então nós tínhamos essa preocupação. Procuramos inclusive

sempre obter a liberação: fazíamos a programação e levávamos lá para o carimbo e tal. Nos respaldávamos.

A.P. – Vocês não falavam em racismo?

O.S. – Se falava sim.

A.P. – Pelo menos não nos documentos que eram apresentados. Porque com o AI-5, em 1968 não se podia falar nisso. O Brasil não era racista. Inclusive nos fóruns internacionais o Brasil era sempre apresentado pelo governo, pela ditadura, como um país de harmonia racial, a democracia racial. Falar em racismo era um problema.

O.S. – Assim de momento eu não lembro de textos nossos, mas que a questão do racismo estava presente, estava, sim. E nós tratávamos isso com uma certa habilidade, vamos dizer assim. Nós procurávamos não colocar nada assim que fosse muito provocativo, porque o que significasse uma repressão poderia atrapalhar todo o trabalho, que a gente entendia que era uma construção.

A.P. – Então essa preocupação existia, de tentar fazer um documento de acordo com o que vocês achavam que poderia ser liberado.

O.S. – É, exatamente. Mas nem tudo passava pela censura, não. Depende da atividade. Quando era um ato assim ao público. Por exemplo, esse primeiro ato foi um ato com menos de 20 pessoas. Mas mesmo assim. No ano seguinte, em 1972, a forma que nós encontramos foi publicar matéria no jornal *Zero Hora*. Eu entrei em contato com o redator, Juarez Fonseca, um redator branco, e ele acolheu a ideia. Então eu preparei o material todo ou quase todo, porque parte dele foi um manifesto elaborado pela coordenadora, naquela ocasião, que era a Helena Vitória dos Santos Machado. Porque o grupo já se renovou nessas alturas. No segundo ano já começou uma renovação no grupo. Mudaram as pessoas, algumas saíram, algumas ficaram, entraram outras. Então a Helena fez essa matéria. O resto eu fiz. E tem inclusive um conto meu, tem poema do Solano Trindade, e ocupou sete páginas da revista *Zero Hora*, que era, digamos, um caderno, um suplemento do jornal *Zero Hora*.

A.P. – No 20 de Novembro?

O.S. – É. Saiu dia 19 de novembro de 1972. Então teve uma capa elaborada por uma artista plástica que era ilustradora do jornal, Maria Lídia Magliani, mora no centro do país, talvez no Rio de Janeiro, a última notícia que eu soube ela estava lá no morro de Santa Tereza. Então a Maria Lídia Magliani fez a capa e ilustrou mais um conto meu, que encerrou essa matéria toda. Eu fiz um conto intitulado *Zumbi no morro*, e ela ilustrou. Mas outros ilustradores também participaram, ou fotógrafos. E então continha um histórico de Palmares, em que aí eu aproveitei bastante o livro de Décio Freitas, ainda não era *Palmares a guerra dos escravos*, era *Palmares la guerrilla negra*, que ele tinha publicado no Uruguai e ainda não estava publicado em português. Mas como eu lia espanhol, então utilizei bastante o material do livro dele, embora conhecesse as outras fontes já citadas aqui. E era uma novidade também para nós o livro, de modo que foi ótimo poder aproveitar aquele trabalho de grande peso desse historiador gaúcho Décio Freitas.

A.P. – Que inclusive assistiu a primeira manifestação no dia 20 de Novembro de 1971.

O.S. – Exatamente, um caso muito curioso, muito interessante. Porque nós fizemos todo o trabalho, eu pelo menos a parte de pesquisa, de estudar Palmares. Eu até escrevi um artigo que saiu no dia 21, que era o domingo, porque às vezes a gente entregava a matéria no meio da semana, no início da semana, para sair no domingo, porque tinham cadernos especiais. E a matéria saiu no domingo com toda uma bibliografia citada ali, que não incluía o Décio Freitas, porque ele não era conhecido. Então ele ficou sendo conhecido do Grupo ali naquele ato de 20 de Novembro. Porque ele viu no jornal, compareceu e assistiu, mas sem se identificar. Porque não era interesse dele, ele estava voltando anistiado, tinha estado exilado no Uruguai, e não queria aparecer. Então ele ficou assistindo. Deve ter sido muito doloroso para um grande historiador ficar acompanhando aquele trabalho ali de pessoas, de um grupo de negros desconhecidos, falando sobre aquela matéria que ele conhecia bastante. Mas foi o que nós fizemos. E no dia seguinte saiu essa matéria que eu escrevi para o *Correio do Povo*, *A epopeia dos Palmares*, parece que é isso, em que eu cito uma bibliografia toda de poetas como Castro Alves, José Bonifácio, o Moço, o livro de Edson Carneiro, o fascículo da Abril,

o Ernesto Ennes com *As Guerras dos Palmares*, e tal. Muito bem, então em 1972 nós fizemos essa publicação e aproveitamos esse material do Décio Freitas. Aí é importante, já que estamos falando nisso, dizer que o Grupo Palmares, por meu intermédio – eu fui designado pelo Grupo para isso –, intermediou a publicação do livro em português sob o título *Palmares a Guerra dos escravos*, como é conhecido. Então eu consultei o autor a respeito, se ele estava pretendendo publicar. Ele disse que sim, e eu então sugeri uma editora, a Editora Movimento, editora gaúcha, aqui de Porto Alegre. E marquei uma reunião entre o autor e o editor, e comparecemos. Eles se entenderam lá e o livro saiu. A primeira edição é dessa Editora Movimento com a intermediação do Grupo Palmares. Então, nesse ano foi isso que nós fizemos. No outro ano foi um show musical intitulado *Do carnaval ao quilombo*, no teatro hoje conhecido como Teatro de Câmara Túlio Pivô, é o nome atual dele, que é da prefeitura municipal. Além do show havia uma palestra do Décio Freitas, que foi convidado, e uma exposição de três pintores negros: Magliani, que eu citei, Paulo Chimendes, que é meu conterrâneo de Rosário do Sul e J. Altair, um artista plástico de Porto Alegre, que eu creio que é de Porto Alegre. Então foi essa forma de celebrar o 20 em 1973. Em 1974 nós não tínhamos muita possibilidade de fazer alguma coisa, então decidimos fazer um manifesto. Como o *Jornal do Brasil* tinha nos entrevistado em maio de 1973, a respeito dessa questão, numa reportagem de Alexandre Garcia, o mesmo da Globo, que é gaúcho de Cachoeira do Sul e trabalhava na sucursal do *Jornal do Brasil*, e ele nos entrevistou sobre essa questão do 13 de Maio. Então nós o procuramos em 1974 e pedimos, conversamos com ele para ver a possibilidade de publicar esse manifesto e ele publicou no *Jornal do Brasil*. Inclusive ele assinou porque fez uma redação em que ele vai passando o conteúdo do manifesto. E junto a esse trabalho, nós colocamos uma sinopse do que foi Palmares. E o importante no manifesto também é que o Grupo Palmares sugeriu expressamente a revisão dos livros didáticos quanto à questão do negro, a história do negro, e indicou bibliografia, todos esses que eu citei: Décio Freitas, Edson Carneiro, Ernesto Ennes, não sei se o Clovis Moura também, creio que sim. É isso que está acontecendo agora com a Lei 10.639. E o Grupo Palmares também não foi o primeiro. Porque antes disso tinham outros grupos, nós podemos citar o Teatro Experimental do Negro, que colocava essa questão muito bem, Abdias e seus companheiros, e tiveram iniciativas de cursos na Une [União Nacional de Estudantes], assim como através do jornal *Quilombo*, eles colocavam muito isso. E a Frente Negra tinha também se preocupado com isso, criando escolas de alfabetização, de Madureza, preparação para concursos, essas coisas.

E era uma preocupação muito antiga. Também no nosso jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, que era um jornal criado em 1892 e que durou até 1930, com interrupções, fases, parava e voltava. O grupo desse jornal também tinha essa preocupação com a instrução, como diziam, com o acesso ao ensino. Então é uma preocupação muito antiga. E o Grupo Palmares fez a sua parte aí, dando a sua sugestão expressa.

A.P. – Eu estou pensando aqui, essa reivindicação do 20 de Novembro acaba sendo assimilada no Brasil todo, tanto que em 1978, quando o MNU é fundado com algumas pessoas do Rio de Janeiro, a grande maioria de São Paulo, com carta de apoio da Bahia, já assume ali naquele momento o 20 de Novembro como data, como Dia Nacional da Consciência Negra, porque isso já era uma discussão, já havia a Beatriz do Nascimento trazendo essa discussão muito em função da matéria do *Jornal do Brasil* lá no Rio de Janeiro... Você acha que essa projeção nacional para essa discussão do 20 de Novembro... estou pensando aqui, talvez essa grande matéria no *Zero Hora*, ainda em 1972, talvez tenha contribuído inclusive para o Alexandre Garcia se sensibilizar e fazer a entrevista em 1973. Você acha que faz sentido essa minha linha de raciocínio, ou você acha que se deve a outra coisa essa projeção do 20 de Novembro?

O.S. – Faz sentido inteiramente. Exatamente isso que aconteceu. A divulgação, que sempre houve, e aí a gente ressalta a importância da imprensa, dos aliados nesse meio jornalístico, porque sempre houve essa divulgação. Primeiro por jornal e depois também por televisão e rádio. E de modo que, a partir especialmente de 1973, 1974, começa a ganhar essa visibilidade nacional. Em 1975 já surge em São Paulo a Semana do Negro, primeiro pelo grupo do Teatro Evolução de Campinas e depois, eu acho, pelo menos em 1976 há um registro da II Semana do Negro em Campinas e de uma semana do negro de Zumbi, não sei qual é o título, em São Paulo pelo Cegan, Centro de Cultura e Arte Negra. No Rio de Janeiro também, porque em 1975 o Carlos Alberto Medeiros e Orlando Fernandes estiveram aqui e nos procuraram.

A.P. – Que eram do IPCN².

² Instituto de Pesquisa de Culturas Negras.

O.S. – Eram do IPCN que tinha sido fundado naquele ano. E o Carlos Alberto era o relações públicas, e o Orlando Fernandes eu não sei qual era o cargo dele, mas eles estiveram aqui, nos procuraram em função disso.

A.P. – Vieram procurar o Grupo Palmares ou vieram ao Rio Grande do Sul e...?

O.S. – Acho que vieram ao Rio Grande do Sul e agregaram essa atividade de nos procurar, trouxeram também um material de audiovisual.

A.P. – E usaram esse material aqui?

O.S. – Parece que sim. Não lembro o que a gente pôde fazer, porque a gente tinha muita precariedade. Não sei se pudemos colaborar para apresentação do audiovisual. Não lembro muito. Ao mesmo tempo no Rio estava surgindo a Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Amauri era desse grupo, a Beatriz do Nascimento também. Acho que o André Rebouças de Niterói também é dessa época, não é? Quer dizer, então as coisas iam já se implantando no país. Quando surge em 1978 surge o MNU... Só para completar, antes de 78, nós fizemos em 74 esse manifesto; em 75 fizemos uma atividade junto com um outro grupo, que é o Grupo Afro-Sul, que é um grupo de danças que tinha começado em 1974, e está continuando hoje e se chama agora Instituto Afro-Sul, já teve uma escola de samba chamada Garotos da Orgia, agora mudaram para bloco afro que se chama Odomodê. Eles têm uma sede, tem um trabalho social, é ponto de cultura, é um trabalho muito importante. Com a coordenação de Iara Teodoro, especialmente na parte de dança, e Paulo Romeu na parte musical, Caco é outro nome conhecido dos companheiros lá do Afro-Sul e do Odomodê. O Odomodê é um departamento, digamos assim, do Afro-Sul. Muito bem, então nós fizemos essa atividade em 1975 com o grupo Afro-Sul; fizemos em 1976 um lançamento de cartilha, uma cartilha intitulada *Mini-história do Negro Brasileiro*. Que é uma cartilha pequena tentando contar a história de uma forma didática, em nível de ginásio ou de últimas séries do ensino fundamental. Uma leitura fácil. E mais adiante, em 1986, fizemos uma tentativa de aperfeiçoá-la e resultou em uma outra cartilha, um outro livro, intitulado... Eu digo nós, as pessoas que eram componentes do Grupo Palmares, mas não fizemos como Grupo Palmares. *A História do Negro Brasileiro: uma síntese*. Bom, em 1976 nós lançamos essa cartilha *Mini-*

história do Negro Brasileiro. Em 1977 foi num clube que se chama Associação Satélite Prontidão, agora centenária, já tem 102 anos mais ou menos. Então lá fizemos um encontro com o escritor Oswaldo de Camargo e utilizamos a nossa minibiblioteca, que era uma série de livros colocados à disposição do público para se familiarizar com as obras e tal. Em 1978 o Grupo Palmares encerra a sua primeira fase. Em agosto de 1978 o Grupo se desfez, mas nessa altura já estava implantada no país o 20, através dessas entidades em São Paulo, Rio de Janeiro, que já adotavam a data, já tinham aderido. De modo que quando surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, MNUCDR, em 1978, o 20 na verdade já estava implantado. Como o MNUCDR foi formado por entidades, basicamente por entidades, e várias delas já adotando o 20 de Novembro...

A.P. – Como o Cecan...

O.S. – O Cecan e as do Rio, essa organização acabou propondo, na assembleia de Salvador em novembro – surgiu em julho e em novembro realizou uma assembleia em Salvador – a adoção do nome “Dia Nacional da Consciência Negra”, que só agora, em 2006, eu fiquei sabendo que é uma expressão muito feliz criada pelo militante carioca Paulo Roberto dos Santos, um prezado amigo. Então a ideia dessa expressão muito feliz, que tem sido tão útil ao movimento, é desse nosso valoroso militante do Rio de Janeiro.

A.P. – Paulo Roberto do IPCN.

O.S. – Do IPCN, foi presidente inclusive. Amauri Mendes Pereira era da Sinba, Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, que publicava um jornal, eu tenho acho que mais de um exemplar...

A.P. – E você vai ao Rio, vai a São Paulo? Há uma interlocução, saindo daqui há gente do Grupo Palmares que vai a outros estados? Porque há o Medeiros, o Orlando que vem...

O.S. – Não, nós não saímos. Nós ficamos aqui. Pelo menos eu ficava. E pessoas do Grupo, se foram alguma vez, foi mais ocasionalmente. Eu posso até ter ido ao Rio a passeio, não lembro. Pelo que eu lembro, devo ter ido ao Rio em 1962 ou 1963, não lembro. Lá pelas

tantas na universidade eu programei fazer duas viagens pelo menos, fazer algumas viagens nas férias para conhecer outros lugares. Então me interessou o Rio de Janeiro e me interessou também Montevidéu, por causa do espanhol e também por esse vínculo. Então fui a Montevidéu para ficar uma semana mais ou menos e para praticar um pouco aquele espanhol que eu estava estudando na universidade, no curso de letras neolatinas.

Então eu quero dizer que a primeira fase do Grupo Palmares se encerra em 1978, então é de 1971 a 1978. Mais adiante ele vai ressurgir, na década de 1980, como GT, Grupo de Trabalho do MNU, que aí já não é mais MNUCDR, já é MNU. Foi criado o MNU do Rio Grande do Sul, a gente participou, eu participei e Helena Vitória dos Santos Machado também participou. É bom dizer que Helena Vitória dos Santos Machado, Anita Leocádia Prestes Abad, que tinha iniciado o Grupo, e mais a Marisa Souza da Silva são nomes muito importantes no Grupo Palmares, porque elas trouxeram aquela vinculação da nossa causa negra com as causas sociais gerais. Elas foram muito decisivas nesse sentido e ao longo de toda a história do Grupo. Especialmente essas duas, a Anita depois sai, mas a Helena e a Marisa Souza da Silva, existe outra Marisa, mas a Marisa Souza da Silva, jornalista e pedagoga, juntamente com a Helena permanecem e participa das três fases, das outras duas fases também. De modo que o Grupo então teve uma segunda fase como GT do MNU, depois se desvinculou do MNU e passou a ter uma terceira fase autônoma, que foi até o final da década de 1980.

A.P. – Essa começa em meados da década de 1980?

O.S. – É, mais ou menos. Porque o grupo sai do MNU e continua mais algum tempo. Em 1987 ainda existia, porque o Grupo Palmares é fundador da Associação Negra de Cultura. A gente considera, na expressão de Helena Vitória e de Marisa Souza da Silva, uma ramificação do Grupo Palmares a Associação Negra de Cultura, que é a entidade que eu estou. Além do que é criado uma outra, chamada Grupo Coisa Preta, que era um grupo musical, pretendendo levar um conteúdo assim de que essa área musical estaria carente. E vinculado muito às experiências do Palmares. Então seria uma outra ramificação, só que mais adiante o Coisa Preta tem uma cisão e Helena Vitória e Marisa saem do grupo e criam o Grupo Kuenda, juntamente com outras pessoas. Esse trabalho do Kuenda parece que continua existindo. Seria então uma outra ramificação. De modo que o Coisa Preta é uma ramificação até o momento

da cisão. Depois ele já perde esse vínculo. Embora possa ainda, através do militante Ilton Machado, manter alguma coisa desse recado que o Palmares passou ao longo da existência dele. Mas basicamente as ramificações seriam o Kuenda e essa Associação Negra de Cultura.

Bom, então essa é uma atuação. Agora, durante esse tempo mesmo do Grupo Palmares na primeira fase, surgiram outros trabalhos. Por exemplo, eu participei do grupo chamado Grupo Cultural Razão Negra, inicialmente era o grupo Nosso Teatro e depois passou a ser Grupo Cultural Razão Negra. Um grupo de predominância jovem, pessoas jovens que fizeram um trabalho muito interessante, eles eram muito organizados. Em meados da década de 1970. Também em 1977 surge o Grupo Tição, que depois publica a revista em 1978, 1979, dois números como revista, e em 1980 publica o último como jornal.

A.P. – Você participa desse grupo também.

O.S. – Participei do grupo, fui um dos editores da revista juntamente com as pessoas que tiveram essa ideia e outros mais que se juntaram, por exemplo, a ideia surgiu através de Jorge Freitas, que mora no Rio de Janeiro, jornalista. São três jornalistas: Jorge Freitas, Vera Deisy Barcellos e Emílio Chagas, depois nos juntamos nós a esse grupo. Um outro jornalista foi o Jones Lopes da Silva, que foi importante na revista. Ercília Nascimento, a própria Helena Vitória esteve numa fase, num certo período participando desse Grupo Tição.

A.P. – Nesse momento vocês estão fundando o Tição, estão fazendo uma série de coisas aqui. Vocês tomam conhecimento do que está acontecendo em São Paulo? Por exemplo, da fundação do MNU, do ato no dia 7 de julho lá nas escadarias do Teatro Municipal? Vocês tomaram conhecimento antes, ou pelo menos durante o processo? Acompanham isso?

O.S. – Sim, tomamos conhecimento. E se reflete na revista *Tição*, no número dois de 1979 sai uma matéria a respeito, inclusive com aquela célebre foto do Miltão e o pessoal ali na frente do Teatro Municipal, e um texto a respeito do surgimento do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

A.P. – Mas participação lá, de fato, de militantes do Grupo Palmares, da revista, não havia?

O.S. – Não havia. Apenas um acompanhamento. Mas vinha gente de São Paulo, vinha o Reginaldo Bispo Pereira, por exemplo, vinha muito aqui, então isso resulta depois, acho que isso contribui, afora outras pessoas que vinham e que alimentavam esse diálogo. De modo que depois se cria aqui o MNU. O MNU surge em 1978 e aqui começa em 1981 o primeiro Grupo de Trabalho do MNU. Tem isso, paralelamente a isso o meu trabalho literário vai continuando, surgem outros títulos...

A.P. – Inclusive você também era professor.

O.S. – Lecionava português e literatura.

A.P. – Passou todo esse processo lecionando?

O.S. – Sim. Português e literatura. Durante essa década de 1970 acontecem essas coisas todas. A gente aqui também recebia material, a revista *Versus* que surge em 1978, o *Cadernos Negros*...

A.P. – Você falou que tem um jornal Sinba. Ele é trazido?

O.S. – Isso, exatamente. Então esse material era enviado para cá. Algumas pessoas às vezes vinham. Vera Mara...

A.P. – E vocês conseqüentemente enviavam a revista *Tiçãõ*, enviavam esse material para outros? Porque hoje é fácil, você envia *e-mail*, nessa época era mandando por carta. E havia isso, vocês também enviavam?

O.S. – Sim. Havia sim. A gente mandava. Mandava sim, tanto que a gente publica. Na revista *Tiçãõ* tem registro lá sobre o *Jornegro*, sobre o Cegan e a Feabesp de São Paulo, sobre as atividades no Rio, o Quilombo, o *Tiçãõ* registra tudo isso. E havia essa troca. A Vera Mara, tinha a Vera Mara no Rio de Janeiro, uma das pessoas que veio aqui. A gente recebia esse material e fazia uma troca.

A.P. – E 1988, como acontece aqui?

O.S. – Pois é, 1988 já é a decorrência de todo o trabalho do movimento. Eu costumo dividir, como aparece no artigo do livro *Educação e Ações Afirmativas*, ali aparece a minha visão do movimento negro numa tentativa de periodização. Eu digo que em 1971 começa o período contemporâneo, que nós chamaríamos de período contemporâneo das lutas negras no Brasil. E, se fosse fazer uma periodização da história toda, teria o período, vamos dizer, heroico, que é o período do escravismo; depois o pós-escravismo e que viria até 1971 mesmo. Tem as subdivisões no meio, mas 1971 eu acho que é um marco, justamente pelo 20 de Novembro. Claro que tem várias confluências aí, tu citaste os movimentos estadunidenses, as independências africanas, o socialismo, a *negritude*, as próprias lutas e esse legado todo dos nossos lutadores, como Abdias e Solano, só para citar os mais próximos. Agora, a partir de 1971 tem aquela virada. Então se faz esse deslocamento do 13 de Maio para o 20 de Novembro. O 20 tem um poder aglutinador muito grande que estimulou o movimento, estimulou o surgimento de várias coisas, por exemplo, de grupos mesmo. Aquele fato de fazer uma atividade em novembro aglutinava, mobilizava mais. E depois, mais adiante em 1978, uma das coisas que surgem, além desses que nós citamos, o MNU etc., surge o Feconezu em São Paulo, e há outros fatos além dos aludidos. De modo que...

A.P. – Você estava falando que 1971 era um marco que repercute até hoje.

O.S. – Então seria de 1971 para cá, digamos assim, o período contemporâneo. Agora, aí tem três divisões: de 1971 a 1978, que eu chamo “a virada histórica”; de 1978 a 1988, é uma fase assim de organização do movimento, surgem novas entidades, tem os protestos, as denúncias, surge uma divisão também, que é a divisão assim: corrente partidária, a corrente confessional cristã (APNs, Grucon...) e o movimento propriamente dito, que segue aquele fluxo histórico, e que não é vinculado a nenhuma... não é que não seja vinculado, não é dependente nem de partidos nem de confissão religiosa cristã. E se identifica, em termos religiosos, com a religiosidade de matriz negro-africana. Então essas divisões surgem, ao mesmo tempo há o trabalho, por exemplo, na Constituinte, que vai resultar depois na inclusão do negro no texto constitucional, que é uma obra do movimento, que sensibilizou os partidos ou se valeu do

oportunismo dos partidos. Então se pode dizer que houve uma “sensibilidade” dos partidos para isso. Aí foram aqueles artigos importantes, como o 215, 216...

A.P. – O Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, que dá as terras aos quilombolas.

O.S. – Que também aparece junto àquela parte da cultura ali, depois do Artigo 216, mais adiante também tem as comunidades remanescentes de quilombos. Então essas foram coisas muito importantes. E ao mesmo tempo a Constituição é um marco, 1988, porque nós passamos a viver um novo período, em que eu considero que podemos dizer que é uma fase de conquistas, de obtenção de retornos. Algumas conquistas nós já tínhamos feito, tínhamos começado a ter espaços nos poderes públicos, conselhos, assessorias, Memorial Zumbi...

A.P. – Há Conselho aqui?

O.S. – Aqui sim. Não lembro em que data começou, mas existe um conselho chamado Codene, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra. Surge a Fundação Palmares, esse no plano nacional, e começa esse trabalho de reconhecimento, regularização, titulação das propriedades, da territorialidade negra, das comunidades quilombola. Então já é uma coisa mais concreta, mais palpável que a gente gostaria de ter. Então é nesse último período, de 1988 para cá, que nós também conseguimos... aí tem que considerar por exemplo o trabalho na área educacional, que nós temos um avanço muito grande, na produção escrita, a formação de mestres e doutores negros, a participação dos Neabs é muito importante. De modo que, se antes a literatura era um dos setores que mais mostrava serviço, a educação passou a também ser um desses setores. E agora, nesse período contemporâneo, nós temos essa experiência de governo através da Seppir [Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial], criada para isso. Assim como a Fundação Palmares foi criada para o segmento negro, para trabalhar com ele, também a Seppir, uma experiência de participação no governo através de uma Secretaria que tem status de ministério. E que desenvolve esse trabalho com base na transversalidade junto a outros ministérios que devem ter ações afirmativas.

A.P. – Já que a gente está falando na Seppir é fundamental falar do Conselho Nacional, que é órgão da Seppir e que lhe tem como representante de notório saber. Queria que você contasse um pouco sobre isso. Como é sua atuação no Conselho?

O.S. – Não chega a tanto, notório saber. É notório reconhecimento nas relações raciais. [riso] Não chega a ser notório saber. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, CNPIR, é um órgão consultivo da Seppir, da Secretaria. E é composto por representantes de governo, há um número atual de 17 ministérios, e sociedade civil em maioria. Inclusive esses três nomes que são de notório reconhecimento nas relações raciais, ajudam a concretizar essa maioria da sociedade civil, de propósito: Leci Brandão, a compositora e cantora, artista musical, e o professor universitário, antropólogo, dr. Kabengele Munanga, que é um congolês radicado no Brasil. Então somos os três nomes, com a minha participação, que estamos lá para ajudar a desequilibrar a favor da sociedade civil. Isso é de propósito porque é outro princípio da Seppir além da transversalidade, que é o trabalho da Seppir coordenando as ações afirmativas dos ministérios e trabalhando entrosadamente com esses ministérios. Além disso tem a gestão democrática, que se realiza através do Conselho, com a participação da sociedade civil majoritariamente. Porque a Seppir já nasceu do movimento negro. Ela não veio do governo para fora, é de fora para dentro, como diz a ministra Matilde Ribeiro. Além desses dois princípios tem o da descentralização, que é a busca de um trabalho integrado com as esferas estadual e municipal, independente de partido. De modo que com esses três princípios a Seppir opera. E o Conselho é o canal para um desses, que é a gestão democrática.

A.P. – A gente tem percebido, eu e vários pesquisadores que trabalharam com a história do movimento negro, inclusive a gente está constituindo um fórum de discussões lá no Rio, de pesquisadores que trabalham com movimento negro, enfim, a gente tem percebido uma série de avanços, uma série de conquistas que são importantíssimas, como a Lei 10.639 de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e outras conquistas desse movimento negro contemporâneo que se constitui a partir da década de 1970. Mas ao mesmo tempo, vemos ainda um longo percurso a ser trilhado, uma longa caminhada, uma série de questões, que embora sejam frutos de conquistas, ainda precisam de muito a ser feito. A própria Lei 10.639 precisa ser implementada. Embora esteja criada, há ainda uma série de dificuldades. Enfim, eu queria que você fizesse um balanço. Como é que você percebe essa

trajetória? Um balanço mesmo, não só da sua inserção, mas da trajetória desse movimento negro que, como você diz, tem como marco 1971, esse movimento negro contemporâneo.

O.S. – Em relação a Lei 10.639?

A.P. – Em relação a essa trajetória. Eu cito essa Lei como um exemplo de uma conquista de uma demanda histórica lá da Frente Negra, que vem passando por todas essas fases, e que, ao mesmo tempo, precisa ser implementada. Uma conquista que, por si só, não basta, há muito trabalho ainda a ser feito. Essa é uma análise que eu faço. Eu queria ouvir um balanço em relação a essa trajetória do movimento negro contemporâneo.

O.S. – Essa palavra avanço eu acho que é muito significativa, porque realmente houve esse avanço. As coisas são lentas, são demoradas. Nós estamos com 35 anos do 20 de Novembro, e nesse período a gente conseguiu alguma coisa, mas foi a duras penas. Então, por exemplo, essa questão da Lei 10.639, é uma demanda muito antiga, precisou haver uma lei, precisou tornar obrigatório. E isso está sendo feito, a meu ver, de uma forma muito correta. O parecer do MEC, por exemplo, é um parecer que instrumentaliza as escolas, as redes para trabalharem essas questões da história e da cultura. Mas a resistência está aí presente. É bom registrar também que há muitas experiências muito positivas, muito interessantes. Eu estive, por exemplo, participando aqui em Porto Alegre na gestão anterior, da iniciação desse trabalho, que partiu de uma pesquisa junto à comunidade escolar na rede municipal, juntamente com duas colegas trabalhamos na preparação de monitores que iriam para as escolas e depois procurariam também as famílias dos estudantes negros. Eu achei que era uma forma muito criteriosa de começar esse trabalho. Depois houve uma mudança de governo e eu não sei atualmente em que pé está essa situação. Na Bahia o Seafro participou de uma experiência muito boa, até publicou um livro com o relato de toda a experiência, em que houve a participação da comunidade de uma forma muito interessante. Agora estive no Recife e vi que a rede municipal também se prepara muito bem. Houve um seminário de dois dias, eu participei falando em quatro turnos, juntamente com outras pessoas e o envolvimento muito grande da comunidade, não só de diretores de escola, mas de professores, estudantes e também os animadores culturais. Quer dizer, há uma resistência, mas ao mesmo tempo também tem ocorrido experiências boas. Estão ocorrendo. O programa *A Cor da Cultura*, de

que nós falamos e tu participaste, deve contribuir muito, pelo menos pela riqueza de material, pela forma como está sendo trabalhada nos seminários. Então, eu acho que a adesão vai acontecendo. É uma coisa irreversível. Ela precisa acontecer mesmo, é lei e não só o movimento negro, mas também seus aliados, estão trabalhando para que aconteça. De modo que nesse período todo de 35 anos muitos avanços aconteceram. Não se imaginava essa movimentação toda, esse número de organizações negras que existe, no início lá na década de 70, quando eram muito raras essas entidades. Então houve um crescimento do movimento, e ao mesmo tempo, a competência vai surgindo. Tanto que estamos participando com bastante êxito dessa experiência de governo. É uma fatia do poder político, mas significativa. E acho que estamos dando conta. Apesar de que a Seppir não é apenas envolvida com o segmento negro, tem ciganos, tem judeus, tem árabes palestinos, indígenas, mas predominantemente, por definição, trata da questão negra. Eu acho que o que se deve esperar agora é o aprofundamento cada vez maior desse trabalho do movimento, do trabalho junto ao governo, para que a reparação vá acontecendo na cobrança dessa grande dívida social irreparável na sua totalidade pela grandeza de criminalidade que significou o tráfico e o escravismo: crimes de lesa-humanidade. Então a dívida é extraordinária, com um porte muito maior do que tantas outras dívidas que têm sido compensadas, tem havido indenização para o holocausto judeu-alemão, para Hiroshima e Nagasake, para o Líbano etc. E existe essa dívida extraordinária para com negros e indígenas, que tem sido escamoteada. Então realmente tem um longo caminho pela frente para que ela possa ser reparada, e esses danos todos causados ao longo dos séculos.

A.P. – Está certo. Muito obrigado, estou satisfeito. Você quer falar mais alguma?

O.S. – Não. Eu acho que está de acordo com a tua proposta. Eu acho que é isso. Literatura e outras coisas a gente pode compensar mostrando um pouco daquele material. Se tu quiseres.

A.P. – Então estamos encerrando, e vou filmar as revistas e o material.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

